

ANL PAS
14 SET 1988 FOLHA DE SÃO PAULO

Aumento de representantes do PMDB e do PFL gera protestos da esquerda

Da Sucursal de Brasília

A decisão do presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, (PMDB-SP), 71, de aumentar a representação do PMDB do PFL na Comissão de Redação, recebeu os protestos dos partidos de esquerda e permitiu que outros partidos, com bancadas expressivas, reivindicassem novas vagas na Comissão.

O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), escolhido por Ulysses para ser um dos co-presidentes da comissão, conseguiu ontem convencer o deputado a abrir mais uma vaga para o PDS. Ao saber que o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) era o terceiro nome do PDS, o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) —cujo partido conta com 49 parlamentares, contra

35 do PDS— decidiu reclamar. “Assim está errado. Vou falar com Ulysses na maciota e reivindicar mais dois”, disse Cardoso.

Não há nada previsto no regimento do Congresso constituinte que dê poderes a Ulysses para determinar o número de membros da Comissão ou alterá-la, mas na prática só ele tem feito isso. “Ele toma as decisões com base em sua autoridade”, afirmou o assessor jurídico de Ulysses, Miguel Reale Júnior. Ao ser perguntado de onde vinham as prerrogativas de Ulysses, o senador Fernando Henrique Cardoso riu e respondeu: “De Deus”.

Nem mesmo as esquerdas, que criticaram a decisão unilateral do presidente do Congresso constituinte, ousaram desafiar. “Pensamos, no início da reunião, em fazer um movimento, mas desistimos. Ulysses

poderia decidir aplicar mesmo o critério da proporcionalidade e aí nós ficaríamos de fora”, disse o deputado Haroldo Lima (BA), líder do PC do B, cujo partido tem apenas cinco representantes no Congresso.

Como Haroldo Lima, o vice-líder do PT, José Genoino (SP), considerou a atitude de Ulysses um “casuismo para favorecer a direita e abrigar as diferentes correntes do PMDB”. Segundo Genoino, diante do “interesse da direita pela Comissão de Redação”, o PT decidiu manter-se atento.

Enquanto Plínio de Arruda Sampaio (SP) fica na Comissão, Genoino vai se dedicar à análise de todas as sugestões de emenda apresentadas na Comissão para descobrir quais alteram o conteúdo do que foi aprovado em segundo turno. “Será a operação pente-fino”, disse Plínio.

Carta é ambiciosa, ambígua, utópica e retrógrada, diz “Financial Times”

ANTONIO CARLOS SEIDL

De Londres

Um documento ambicioso, que em “um pouco de tudo para agradar, e provavelmente, irritar todo mundo”; ambíguo, porque “dá aos militares o papel de guardiões da ordem constitucional, ao mesmo tempo que endossa entusiasticamente idéias liberais”; utópico, porque “reflete as aspirações de uma sociedade imensa multi-étnica de coexistir harmoniosamente apesar das acentuadas divisões de riqueza e oportunidade”, e retrógrado, porque “ignora a tendência latino-americana a favor das forças do mercado e da liberalização das restrições ao capital estrangeiro e adota um tom nacionalista e protecionista”.

Esta é, em resumo, a opinião do jornal britânico “Financial Times”

sobre a Constituição do Brasil. O jornal diz em editorial que “a mais longa Constituição da história moderna” contém cláusulas tão inviáveis que podem ser ignoradas ou rapidamente modificadas.

Mas apesar das críticas, o “Financial Times” diz que a Constituição é um marco no desenvolvimento do Brasil moderno. Ela fornece a espinha dorsal para uma sociedade genuinamente democrática e põe um fim no incomôdo vácuo constitucional que caracterizou o período de transição do regime militar para o civil.

“O presidente Sarney ocupa a posição incomum de um líder de transição não-eleito que tem governado por decreto, como seu antecessores militares”. Para o “Financial Times”, essa situação impar “enfraqueceu a sua legitimidade”.

O “Financial Times” diz que a Constituinte não chegou a questionar seriamente o sistema presidencialista, mas restringiu os poderes do Executivo, subordinando-o em certos casos ao Congresso. Mas o texto é suficientemente ambíguo para permitir que um Congresso forte faça valer essa força contra a Presidência, ou vice-versa.

O jornal critica o tom nacionalista e protecionista das questões econômicas. Diz, porém, que o “jeitinho” brasileiro certamente permitirá que obstáculos sejam superados. Entretanto, o fato de que aspectos da Constituição podem ser tão facilmente ignorados ou adaptados “vulgariza o documento”. Este é o preço que se paga por uma Constituição longa que vai muito além dos direitos e liberdades fundamentais, conclui o “Financial Times”.